



INFORMALIDADE E INOVAÇÃO SOCIAL: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS EM UMA FAVELA CARIOCA

■ MARCELO MONROY BENTES

Doutorando em Geografia. PPGE UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Econômica (NEPGE) do Departamento de Geografia Humana do IGEOG/UERJ, atuando especialmente na pesquisa voltada para a Geografia Econômica e Geografia Urbana. FAPERJ. monroyabv@gmail.com



RESUMO: Na favela Vale Encantado, localizada no Alto da Boa Vista, município do Rio de Janeiro, RJ, experiências com tratamento de esgoto a partir de biossistema de saneamento, e projetos de ecoturismo, são exemplos contundentes da potencialidade da inovação social no que diz respeito à legitimação das favelas e de seus moradores como integrantes da sociedade como um todo. Acreditamos na potencialidade da Inovação social como fator propulsor de transformações, de um outro devir, posto que a inovação social consiste na ruptura na maneira de fazer, um elemento inovador em um contexto dado. Ela representa uma descontinuidade com relação às soluções, consideradas formais, habitualmente oferecidas e postas em prática. O argumento atual para a práticas de remoção de favelas no Alto da Boa Vista, está pautado na alegação do risco que essas comunidades oferecem ao meio ambiente, tanto pelo desflorestamento, quanto pela poluição de rios. Nesse sentido, partimos da hipótese que mesmo a partir de práticas consideradas informais, a inovação social emancipatória pode contribuir na busca por soluções para a conservação ambiental e pela eliminação do risco de remoção dessas comunidades.

Palavras-chave: Inovação social, Informalidade, Favela, Vale Encantado, Alto da Boa Vista.

INFORMALITY AND SOCIAL INNOVATION: PRACTICES AND PERSPECTIVES IN A RIO DE JANEIRO SLUM

ABSTRACT: In the Vale Encantado favela, located in Alto da Boa Vista, municipality of Rio de Janeiro, RJ, experiments with sewage treatment using a sanitation biosystem, and ecotourism projects, are striking examples of the potential of social innovation in terms of respect for the legitimization of favelas and their residents as members of society as a whole. We believe in the potential of social innovation as a driving factor for transformations, for another becoming, since social

innovation consists of a rupture in the way of doing things, an innovative element in a given context. It represents a discontinuity in relation to the solutions, considered formal, usually offered and put into practice. The current argument for favela removal practices in Alto da Boa Vista is based on the allegation of the risk that these communities pose to the environment, both through deforestation and river pollution. In this sense, we start from the hypothesis that even based on practices considered informal, emancipatory social innovation can contribute to the search for solutions for environmental conservation and the elimination of the risk of removal from these communities.

Key-words: Social innovation, Informality, Favela, Vale Encantado, Alto da Boa Vista.

INFORMALIDAD E INNOVACIÓN SOCIAL: PRÁCTICAS Y PERSPECTIVAS EN UNA FAVELA DE RÍO DE JANEIRO

RESUMEN: Resumen: En la favela Vale Encantado, ubicada en Alto da Boa Vista, municipio de Río de Janeiro, RJ, experimentos de tratamiento de aguas residuales mediante un biosistema de saneamiento y proyectos de ecoturismo, son ejemplos llamativos del potencial de la innovación social en términos de respeto por la legitimación de las favelas y sus residentes como miembros de la sociedad en su conjunto. Creemos en el potencial de la innovación social como factor impulsor de transformaciones, de otro devenir, ya que la innovación social consiste en una ruptura en la forma de hacer las cosas, un elemento innovador en un contexto determinado. Representa una discontinuidad en relación con las soluciones, consideradas formales, habitualmente ofrecidas y puestas en práctica. El argumento actual a favor de las prácticas de eliminación de favelas en Alto da Boa Vista se basa en la alegación del riesgo que estas comunidades representan para el medio ambiente, tanto por la deforestación como por la contaminación de los ríos. En este sentido, partimos de la hipótesis de que incluso a partir de prácticas consideradas informales, la innovación social emancipadora puede contribuir a la búsqueda de soluciones para la conservación ambiental y la eliminación del riesgo de expulsión de estas comunidades.

Palabras clave: Innovación social, Informalidad, Favela, Vale Encantado, Alto da Boa Vista.

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro é reconhecido mundialmente pelas suas paisagens naturais e por sua diversidade arquitetônica, características amplamente divulgadas para promoção do turismo, atração de negócios e especulação imobiliária. No entanto, um olhar mais apurado sobre a cidade também revelará a profunda desigualdade, estampada na paisagem a partir do contraste entre construções luxuosas e áreas marcadas por processos de urbanização precária.

Nesse sentido, trataremos a informalidade como atividades ou ações que ocorrem fora das estruturas regulamentadas e formalizadas e, no caso das favelas, a

informalidade habitacional representa a solução para o problema de moradia de uma parcela significativa da população carioca. Assim, partimos do princípio que a favela não é um problema, e sim uma parte da cidade que apresenta diversos problemas.

Nesse contexto de extrema desigualdade diversas favelas compõem a paisagem carioca, configurando uma trama urbana que mescla centro e periferia diferenciando a urbanização carioca de outras metrópoles brasileiras. No entanto, a proximidade espacial não representa igualdade de cidadania para seus habitantes, conforme apontado por Zuenir Ventura, no famoso livro *Cidade Partida* (1994), pois o direito à cidade não é garantido a todos e a parcela da população residente em favelas cresce proporcionalmente em relação ao total. De acordo com Lefebvre:

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos; organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (Lefebvre, p.145)

Também não é difícil imaginar, dado que vivemos em uma sociedade capitalista e estabelecida com base na divisão de classes, na apropriação individual da produção social e na propriedade privada dos bens de produção, que a qualidade e tamanho das residências, bem como a quantidade de equipamentos urbanos, também sejam distribuídos de acordo com um padrão hierárquico. Neste sentido:

o espaço produzido pelo capital fundamenta-se na apropriação privada, que aliena do produtor o produto; nesse sentido, o espaço se produz a partir da contradição entre sua

produção socializada e apropriação individual. Essa contradição aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço (Carlos, 1994, p.22)

A autora prossegue:

a produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo ter, isso é, pela sua condição de proprietários de bens (Carlos, 1994, p.23).

Desta forma, podemos concluir que a produção do espaço ocorre de maneira homogênea, dado que sociedades semelhantes se reproduzem do mesmo modo, produzindo espaços parecidos, copiados e repetidos, uma verdadeira banalização do espaço (Ferreira, 2018). Este espaço também materializa a fragmentação imposta pela divisão do trabalho, sendo fragmentado em formas, como as favelas e os condomínios de luxo, bem como nas funções desempenhadas em áreas residenciais, centros comerciais etc. segundo Lencioni (2014, p.40) “Essas fraturas são visíveis na paisagem e percebem-se, nitidamente, as distinções de classe observando-se a paisagem”. Por fim, notamos a espacialização do poder a partir da materialização da hierarquia social no espaço produzido, concordando com Lencioni (2014, p.41) em “Frações da cidade de impõem sobre outras, conformando redes urbanas em que é facilmente visível as hierarquias entre as cidades”.

Neste sentido o espaço fracionado, homogeneizado e instrumentalizado se torna um meio de poder nas mãos das classes hegemônicas, uma manifestação de poder constantemente utilizada para controlar as classes menos favorecidas, conservar as

relações de produção capitalistas e manter a alienação da classe operaria sob o jugo de ideologias que comprometem, inclusive, a identidade cultural da classe trabalhadora (Lefebvre, 2006). Mas como romper esse ciclo vicioso?

Acreditamos na potencialidade da inovação social como fator propulsor de transformações, de um outro devir, posto que a inovação social consiste na ruptura na maneira de fazer, um elemento inovador em um contexto dado. Ela representa uma descontinuidade com relação às soluções habitualmente oferecidas, que atendem aos interesses das classes hegemônicas em detrimento das classes menos abastadas.

Nesse sentido, partimos da hipótese que mesmo a partir de práticas consideradas informais, a inovação social emancipatória pode contribuir na busca por soluções para a conservação ambiental e pela eliminação do risco de remoção dessas comunidades, proporcionando a valorização dos modos de vida, vivências e culturas locais. Na favela Vale Encantado, experiências com tratamento de esgoto a partir de biossistema de saneamento, e projetos de ecoturismo, são exemplos contundentes da potencialidade da inovação social no que diz respeito à legitimação das favelas e de seus moradores como integrantes da sociedade como um todo.

O presente trabalho deriva de uma pesquisa bem mais ampla em que realizamos trabalho de campo, entre maio de 2021 e março de 2022, em seis favelas localizadas no Alto da Boa Vista. O objetivo do trabalho de campo foi avaliar o avanço do processo de favelização no bairro e colher dados da vida cotidiana dos moradores de favelas.

Durante a fase preparatória do trabalho de campo realizamos duas visitas à comunidade Vale Encantado e tivemos a oportunidade de participar de visitas guiadas pelo presidente da associação de moradores. Durante as visitas, conhecemos os projetos de ecoturismo, o sistema de coleta de esgoto e a sede da associação de moradores. Também realizamos conversas informais com diversos moradores, em busca de

informações sobre suas origens, costumes e meios de subsistência. Após análise dos dados coletados, concluímos que a favela não seria incluída no escopo da pesquisa que estava em andamento à época. No entanto, a potencialidade do projeto e o comprometimento dos moradores com a sustentabilidade despertaram interesse para outras pesquisas.

O texto está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte faremos uma breve apresentação da favela Vale encantado, destacando as atividades econômicas praticadas ao longo do tempo e sua relação com a informalidade.

Já na segunda parte, nosso objetivo é analisar em que medida os projetos comunitários de ecoturismo desenvolvidos atualmente na favela Vale Encantado rompem as barreiras entre o formal e o informal, utilizando como exemplo projetos de inovação social desenvolvidos na localidade.

A favela Vale Encantado é adequada aos nossos objetivos, pois possui muitas particularidades e também, características semelhantes às demais favelas do bairro, o que pode ser explorado em termos de contextualização. Ademais, os projetos comunitários desenvolvidos na localidade, a partir da primeira década do século XXI, possibilitam o debate sobre o impacto da inovação na vida cotidiana dos moradores, o debate sobre informalidade, além de servirem de modelo sustentável para outras favelas no município.

O VALE ENCANTADO

Localizada no bairro do Alto da Boa Vista, no município do Rio de Janeiro, a área conhecida como Vale Encantado está encravada no topo do Maciço da Tijuca e

faz divisa com o Parque Nacional da Tijuca (PNT)¹. A área que originalmente se chamava Taquara, devido à abundância de um tipo de bambu, herdou o novo nome, Vale Encantado, de um empreendimento imobiliário de luxo, o Enchanted Valley, que previa a construção de um grande condomínio com vários edifícios, mas que teve suas obras interrompidas no final dos anos sessenta. Atualmente a área abriga a favela Vale Encantado, pequenos núcleos de favelização, dois condomínios de luxo, um clube e algumas residências ocupadas por membros das classes média e alta, conforme Figura 1. O contraste social evidencia contradições que são potencializadas pela proximidade destas formas urbanas tão antagônicas.



Figura 1. Vale Encantado: condomínio de luxo (azul), e favelas (vermelho).

Fonte. Elaborado pelo autor em jan/24.

Segundo informações de moradores mais antigos, a ocupação do Vale Encantado teve início ainda no século XVIII, durante a expansão da cultura do café. Além dos lucros provenientes da cafeicultura, o clima de montanha, relacionado com

¹ Parque Nacional da Tijuca é uma unidade de conservação integral fundada em 1961. Ver: <http://www.parquedatijuca.com.br/>

altitude acima dos quinhentos metros, também serviu de atrativo para novos moradores, principalmente de origem europeia, que encontravam no local um clima semelhante ao de seus países de origem. Após a extinção da cultura cafeeira na área e com o reflorestamento da Floresta da Tijuca, determinado em 1861 por Dom Pedro II, como forma de preservar os mananciais da cidade, os habitantes da região passaram a se dedicar ao cultivo de flores ornamentais e agricultura de subsistência. Segundo relato de moradores, os produtos cultivados na região eram transportados de bonde e negociados no antigo Mercado Municipal da praça XVI. Morangos, agrião, camélias e azaleias eram os principais itens responsáveis pelo sustento das mais de trinta famílias que habitavam o Vale Encantado.

Durante a segunda metade do século XX, sobretudo após a pavimentação da Estrada das Furnas, que liga o bairro com a Barra da Tijuca, houve uma significativa valorização imobiliária no Alto da Boa Vista, o que resultou na construção dos dois condomínios. A princípio, um desses condomínios seria muito maior, contando com três edifícios e uma grande área de lazer. No entanto, a obra ficou parada por muitos anos e apenas um prédio foi finalizado, a área de que seria destinada ao lazer do condomínio foi desmembrada e transformada em um clube, em meio a diversos afloramentos rochosos, com piscina e área de lazer com churrasqueiras e campo de futebol, figura 2.

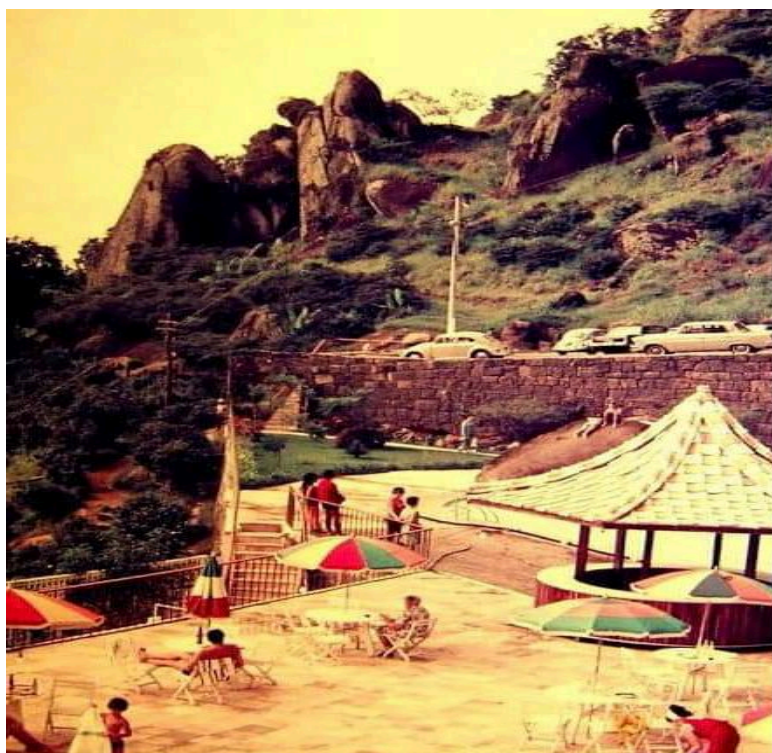


Figura 2 – Clube Vale Encantado ainda cercado por afloramentos rochosos

Fonte: acervo da associação de moradores do Vale Encantado

Já nos anos 1960, aproveitando uma prática artesanal desenvolvida na área por moradores imigrantes, sobretudo de Portugal, houve a implantação de uma mineradora para extração de um tipo de rocha muito comum no Vale Encantado, o Granito Preto Tijuca (Tonalito), rocha que possui em sua constituição predomínio de minerais escuros, conforme figura 3, e foi amplamente utilizada na construção de muros, casas e inclusive igrejas no bairro. Ao lado do clube, também funcionava um bar conhecido como enchanted valley, que era conhecido pela variedade de bebidas e pela paisagem com vista para a o mar.



Figura 3 – Pedreira em atividade nos anos 1960

Fonte: acervo da associação de moradores do Vale Encantado.

Após a implantação dos condomínios e do clube, houve a chegada de famílias mais abastadas, que passaram a conviver com os agricultores e com os trabalhadores da pedreira. Estes passaram a desempenhar atividades não agrícolas, trabalhado como empregados domésticos e outros serviços pouco especializados.

A mineração atraiu novos moradores para a comunidade, o que representou o período de maior crescimento demográfico durante o século passado, dando início ao processo de favelização nas encostas adjacentes ao terreno da pedreira. Segundo dados da associação de moradores, muitos trabalhadores da mineradora se estabeleceram na nova favela, sendo marcante ainda hoje a presença de seus parentes na comunidade. No entanto, nas vésperas de uma conferência internacional, em 1992, evento que contou com visitação de diversas autoridades no Parque Nacional da Tijuca, a atividade mineradora foi proibida no bairro devido ao seu caráter predatório. Vale destacar que

outras pedreiras que operavam na cidade, mas ficavam afastadas das áreas de realização do evento, não tiveram suas atividades interrompidas.

Segundo relato de moradores, não existia contrato de trabalho com a grande maioria dos trabalhadores da pedreira, eles eram recrutados em cidades do noroeste fluminense e atraídos para a capital com a promessa de emprego e possibilidade de construção de moradia no terreno da mineradora.

Um dos moradores mais antigos da favela nos revelou que o seu pai era um dos poucos funcionários com carteira assinada e que costuma contar em casa que a mineradora ganhava muito dinheiro na pedreira, pois pagava o pessoal em cruzeiros e vendia o granito, na Bélgica, em dólar. Esse relato resume a integração entre os dois circuitos da economia (Santos, 2004; Montenegro, 2017), e exemplifica como atividades informais integram fluxos que circulam por atividades consideradas formais.

Nas últimas décadas, com o declínio da floricultura, devido à concorrência de produtores localizados na região serrana fluminense e com o fechamento da antiga pedreira, a comunidade entrou em decadência e estagnação econômica, muitos moradores se mudaram e os que ficaram voltaram a praticar a agricultura de subsistência, como complemento de renda e fonte de alimento para suas famílias.

Aos poucos a pequena favela foi crescendo, quase que de maneira orgânica, já contando atualmente com mais de 100 pessoas, segundo dados do Portal SABREN² da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nos diversos sítios e lotes que compõem a favela é comum a presença de galinheiros, hortas e pomares, que se misturam com as casas construídas de forma precária e com a própria floresta que rodeia o local, dando uma paisagem bucólica e aparentemente rural.

² O Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) reúne e disponibiliza dados e informações sobre os assentamentos de baixa renda da Cidade do Rio de Janeiro.

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, JUL/DEZ DE 2025, N. 53 a 58, P. 464–489.

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

Ocorre que mesmo com as garantias de não remoção presentes na Constituição Federal de 1988, o interesse em áreas valorizadas fez surgir uma nova forma de remover pessoas indesejáveis, a saber, os favelados. A produção capitalista do espaço, por meio de um arcabouço jurídico sofisticado, articula a remoção de favelas sob a alegação de risco ambiental. Desta maneira, essa instrumentalização da legislação ambiental vem sendo sistematicamente utilizada.

É neste sentido que em 2007, uma ação foi movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) contra o então prefeito César Maia, sob a alegação de que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro não estava cumprindo a legislação ambiental e prevendo a remoção de treze favelas no Alto da Boa Vista. A ação gerou forte mobilização das comunidades faveladas que pautaram sua defesa no baixo crescimento das áreas ocupadas pelas favelas nas últimas décadas.

Com efeito, existem diversas propriedades das classes mais altas que também desrespeitam a legislação ambiental, mas seus donos nunca foram tratados como agressores do meio ambiente. Essa nova corrente remocionista, a ambiental, ganhou eco nas últimas duas décadas com a apropriação do discurso ambiental, e foi alavancada pela escalada de violência relacionada com a disputa territorial nas favelas entre organizações criminosas para controle e comercialização de entorpecentes, reeditando os estigmas da marginalidade sobre os moradores de favelas.

Nesse sentido, como forma de reação à ameaça de remoção e de garantir o registro da história local, a comunidade favelada organizou a Associação de Moradores do Vale Encantado, em busca de legitimidade e novas soluções para a favela. Os moradores organizaram uma Cooperativa que tem como missão o desenvolvimento da comunidade através de práticas sustentáveis e do ecoturismo, atividades pautadas em ações comunitárias baseadas na inovação social, Figura 4. Esta solução, além de

uma pequena favela do Rio de Janeiro, como veremos, podem estar vinculadas a grandes circuitos formais da economia global.

Luiz Antônio Machado da Silva (Machado, 2002) discute os limites do conceito de informalidade à luz do seu desenvolvimento na atualidade brasileira, segundo o autor o uso indiscriminado do termo, nos dias de hoje, banaliza a sua força prática e analítica.

Desde mais ou menos o fim dos anos 1960, quando surge a noção de informalidade, até o início dos anos 1980, ela era uma categoria cognitiva em torno da qual se constituía um debate mais ou menos estruturado. Nas duas últimas décadas, entretanto, informalidade progressivamente se torna um mero termo do léxico sociológico, incorporado pelas camadas bem informadas, perdendo a capacidade que, durante um bom tempo, permitiu-lhe desempenhar aquele papel catalisador.

O autor prossegue abordando duas posições polares, a teoria da modernização e a teoria da marginalidade. A teoria da modernização preconizava a informalidade como uma situação transitória, pois sugere que as sociedades passam por estágios sequenciais de desenvolvimento, evoluindo de formas tradicionais para sociedades modernas e industrializadas, sempre seguindo padrões observados em sociedades ocidentais (Europa e EUA). Nesse contexto, à medida que a modernização avança, espera-se que a economia formal se expanda e absorva a mão de obra antes envolvida em atividades informais. Já a teoria da marginalidade corresponde a uma resposta de grupos periféricos em busca de oportunidades para habitar em ambientes urbanos. Ou seja, a informalidade seria uma consequência da estratificação social.

Por fim, Luiz Antônio Machado da Silva apresenta a crítica marxista como alternativa à análise dualista modernização/marginalidade, na qual a informalidade estaria relacionada à estrutura socioeconômica e às relações de classe na sociedade

capitalista. Assim, a desigualdade estrutural imposta seria responsável pela organização do trabalho e a distribuição de recursos na sociedade, gerando relações de dependência.

Na mesma linha de pensamento, Arturo Escobar (2007) critica a abordagem tradicional de desenvolvimento como um projeto universal, argumentando que ela frequentemente impõe uma visão ocidentalizada de modernidade e progresso aos países considerados em desenvolvimento. Além disso, a abordagem tradicional desconsidera contextos específicos e complexos de cada sociedade, simplificando a discussão e ignorando o fato de a informalidade poder persistir devido a fatores estruturais, desigualdades e políticas inadequadas.

Por outro lado, ao analisar as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Hernando De Soto (2001) busca entender por que o capitalismo tem sucesso em alguns lugares e fracassa em outros, argumentando que a formalização dos direitos de propriedade seria um fator relevante nessa equação. O autor argumenta que a falta de reconhecimento e proteção legal dos direitos de propriedade é um obstáculo significativo ao desenvolvimento econômico e que a formalização da propriedade pode criar um ambiente mais propício para o investimento e o desenvolvimento econômico. De Soto argumenta que há uma grande quantidade de riqueza morta em propriedades informais, que não pode ser utilizada efetivamente devido à falta de reconhecimento legal, destacando como a formalização dessas propriedades poderia transformar ativos mortos em recursos utilizáveis para o desenvolvimento econômico.

No entanto, nos parece que as propostas de De Soto, a exemplo da teoria da modernidade, muitas vezes simplificam demasiadamente a complexidade das relações de propriedade e desenvolvimento econômico, bem como ignoram o contexto cultural e

as práticas locais. No Rio de Janeiro esta abordagem simplista também ocorre, pois é muito comum a simplificação da discussão sobre favelas pelo senso comum.

As atividades relacionadas ao ecoturismo em favelas do Rio de Janeiro podem, em alguns casos, ser consideradas informais, dependendo da natureza e da formalização dessas atividades. Ao serem questionados sobre a regulamentação das atividades, percebemos que os participantes não sabiam ao certo como funcionava, alegando que não existia emissão de nota fiscal pelos serviços realizados. Também não conseguimos informações sobre a relação de trabalho dos participantes do projeto, questões que seguiremos investigando em pesquisa posterior.

Os projetos desenvolvidos no Vale Encantado envolvem a participação ativa da comunidade local na gestão dos projetos que envolvem: passeios por trilhas, observação de pássaros, degustação de pratos típicos, dicas plantio de árvores frutíferas e temperos para elaboração de hortas caseiras, venda de artesanato etc. Nesse sentido, o programa enfatiza a preservação e promoção da identidade cultural local frente à homogeneização cultural imposta por influências externas. A interação entre visitantes e membros da comunidade representa uma oportunidade para compartilhamento das narrativas culturais, promovendo um entendimento mútuo. Isso cria um ambiente onde as tradições culturais são respeitadas e apreciadas, contribuindo para a sua preservação.

O projeto de ecoturismo de base comunitária, desenvolvido na favela Vale Encantado, oferece uma abordagem sustentável que valoriza e preserva a cultura local, enquanto proporciona benefícios econômicos. Ademais, o projeto enfatiza a importância da conservação ambiental e do patrimônio cultural. Ao destacar a relação intrínseca entre a cultura local e o ambiente natural, promove uma abordagem holística que valoriza tanto a biodiversidade quanto a diversidade cultural. Isso contrasta com

práticas que visam apenas a exploração de recursos sem considerar os impactos culturais e ambientais.

É justamente durante as caminhadas por entre as trilhas da floresta que os guias transmitem as histórias e os costumes da comunidade. Além disso, durante o preparo das refeições, os cozinheiros do restaurante compartilham com os turistas algumas dicas de cultivo dos insumos coletados na área, como a jaca, o chuchu e a cana de açúcar.

O pontapé inicial do projeto ocorreu em 2005, quando novas perspectivas surgiram com a visita de um francês presidente de uma ONG de desenvolvimento sustentável. A partir daí o presidente da Associação de moradores idealizou a possibilidade de transformar o local em um destino para o turismo sustentável e, ao mesmo tempo, garantir renda para os moradores, além de possibilitar o tratamento do esgoto da favela.

Lembramos que nesse período a comunidade estava assombrada com a possibilidade de remoção pleiteada pelo processo no Ministério Público. Após algumas conversas iniciais com moradores e organização da comunidade para reunir títulos de propriedade e documentos que pudessem comprovar a propriedade do solo, a ONG doou um biodigestor de restos alimentares para ser usado no recém-inaugurado restaurante da associação de moradores. Essa primeira experiência sustentável garantiu o tratamento de esgoto de algumas poucas casas da comunidade e o aproveitamento do biogás resultante do processo no preparo de pratos típicos no restaurante da associação de moradores.

Atualmente, o biossistema de saneamento é muito mais sofisticado, desde maio de 2022, o esgoto de 27 residências é coletado e direcionado a um tanque de concreto, onde é submetido a processos naturais para a limpeza da água. O projeto ganhou

notoriedade, o despejo de esgoto in natura cessou e muitos moradores, paralelamente, conseguiram recuperar títulos de propriedade das suas residências. Por enquanto, as pressões pela remoção da comunidade que habita a favela estão em calmaria.

Segundo relatos de moradores, diversas vezes foi solicitada a continuação da rede de coleta de esgoto até as casas da favela, no entanto o projeto de ligação nunca saiu do papel. Nesse sentido, a ausência do Estado cria justificativas para a remoção de comunidades e incentiva o desenvolvimento de atividades informais. Segundo Camila Fernandes, em seu trabalho realizado em favelas da zona norte do Rio de Janeiro:

o Estado, da forma como é narrado nas falas, seja dos moradores da favela, seja dos agentes que atuam nas malhas institucionais, não está “ausente”, mas se revela como sendo a própria ausência que cria, sustenta e se aproveita destas formas particulares de “viração” e informalidade. Por este motivo, é preciso enfatizar que existe uma agência poderosa na chamada “ausência de Estado”, que não deve ser entendida como falta ou incapacidade, mas como uma ação consciente e dotada de efeitos concretos na vida das pessoas (Fernandes, 2021).

A implantação do biodigestor e a prática do turismo sustentável é prova contundente de como a inovação social é capaz de promover outras possibilidades para moradores de favela. A comunidade do Vale Encantado segue trabalhando no desenvolvimento do projeto com a visão de transformar o local em área totalmente sustentável e apta a receber, inclusive, famílias em condição de vulnerabilidade. Novos projetos, novas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das particularidades e especificidades do local e de seus moradores, existe uma relação de poder e de dominação das classes hegemônicas em relação aos moradores da favela Vale Encantado. Estes desempenham trabalhos de baixa remuneração e não contam com representação na associação de moradores do bairro, apenas recentemente foi criada uma outra associação apenas com moradores da favela. Neste sentido o espaço produzido reproduz estas relações sociais materializando contrastes e denotando a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização espacial. Notamos que as áreas relacionadas com atividades econômicas que entraram em decadência se tornaram núcleos de favelização, como as áreas destinadas ao trabalho com cultivo de flores, a mineração e a agricultura. O espaço se tornou instrumentalizado e reflete a relação de poder entre os ricos e os pobres, com os antigos trabalhadores das atividades falidas desempenhando funções secundárias na hierarquia social.

Acreditamos que exista uma boa convivência entre os moradores do Vale Encantado. No entanto, é evidente a situação de subserviência dos moradores da favela em relação aos habitantes dos condomínios, como também é evidente o poder político e de controle da situação por parte desses moradores mais abastados. Neste sentido, concordamos com Lefebvre que “a classe operária e o proletariado, apreendidos pelas contradições oriundas do tempo, da história e de sua própria história, também se encontram submetidos às contradições do espaço” (2020, p.155)

Assim, acreditamos que a construção do possível virtual, que rompe com as barreiras do previsível, deve partir de uma análise crítica da realidade, despida de ideologias que normalizam a desigualdade e de dicotomias que fracionam o espaço e a

sociedade. As favelas são partes indissociáveis do espaço urbano carioca, e compõem, com as demais formas, uma trama urbana extremamente complexa. Advogamos que o possível virtual seja viável por meio da redução da desigualdade e produção de espaços mais justos, integrados e democráticos, para todos.

As experiências de inovação social praticadas pela comunidade da favela Vale Encantado representam uma ruptura na tendência de precarização dos espaços favelizados e mitigam a hierarquização imposta pelo sistema de classes sociais. Além disso, comprovamos que as práticas cotidianas valorizam a cultura local e as tradições da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade cultural da favela.

Nesse sentido, advogamos, nesse trabalho, que a favela não deve ser tratada como um problema a ser eliminado, visto que ela não é a causa, mas sim um elemento desta reprodução desigual, uma maneira fabricada de residir.

As políticas públicas frequentemente repetem os erros do passado, sempre favorecendo as classes hegemônicas em detrimento dos moradores menos favorecidos. Nesse sentido, a relevância dos projetos desenvolvidos na favela Vale Encantado remonta na busca por soluções que podem transformar futuros previsíveis e não desejáveis em novas possibilidades de cidadania para os moradores de favelas. A construção desse possível virtual, aberto ao devir, mas com raízes no real, é o que Lefebvre denominou de transdução, “reflexão sobre o objeto possível” (2019, p.21).

A presença das favelas atesta a anuência por parte do poder público, que ao reconhecer sua existência e não buscar sua integração à cidade, também se exime da busca por um planejamento habitacional igualitário. Além do mais, as classes hegemônicas, formadoras de opinião e ideologias, normalizam a presença de favelas e de suas comunidades por meio da reprodução de uma cultura elitista e segregadora, que valoriza a divisão de classes, a manutenção do status quo e a proximidade da força

de trabalho barata e submissa. Assim, não podemos deixar de concordar com Marilena Chauí (2012, p.7):

Nossa tarefa aqui, será desfazer a suposição de que a ideologia é um ideário qualquer ou qualquer conjunto encadeado de ideias e, ao contrário, mostrar que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.

Assim, podemos compreender a decisão de não mapear as ruas no interior das favelas, conforme figura 6 abaixo, que retrata essa condição também no Vale Encantado e que faz parecer que as ruas no interior da favela não existem. De acordo com Ananya Roy, a ausência planejada aliada à negligência por parte do Estado configura o que a autora classifica como urbanismo subalterno (Roy, 2011, p.8):

O urbanismo subalterno é então um paradigma importante, pois busca conferir reconhecimento a espaços de pobreza e formas de agência popular que muitas vezes permanecem invisíveis e negligenciadas nos arquivos e anais da teoria urbana.

Nesse sentido, a inovação social apresenta um caminho possível na busca de futuros desejáveis, e a comunidade da Favela Vale Encantado é prova disso. Acreditamos que é justamente na vivência cotidiana que devemos buscar a plenitude de nossa sociedade, pois é no dia a dia que experimentamos emoções a partir da produção das relações sociais, quem sabe um dia não veremos as ruas das favelas mapeadas e todas elas devidamente integradas em uma cidade que não mais será partida? Segundo Lefebvre (1991, p.214):



Figura 6 – ausência de demarcação de ruas na favela vale encantado

Fonte: elaborado pelo autor em fev/2024

Saint-Just dizia que a idéia de felicidade era nova na França e no mundo. Poderíamos dizer o mesmo da ideia de infelicidade. A consciência da infelicidade supõe a possibilidade de outra coisa (de uma vida diferente) além da existência infeliz. Hoje, talvez, o conflito felicidade-infelicidade (ou melhor: consciência da felicidade possível-consciência da infelicidade real) substitua e suplante a antiga ideia de destino. Não seria esse o segredo do mal-estar generalizado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Natureza e sociedade no Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço & Debates, v. 37, n. 14, p. 33-46, 1994.
- BANDEIRA, Carlos Manes. Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro: Maktron, 1993.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Em: Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

CHAVES, Rafael Luiz Leite Lessa. Segregados que segregam: uma discussão sobre a defesa dos ecolimites pelos moradores por eles cercados. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78123>

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2012

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-99, 2007.

DE SOTO, Hernando. O mistério do capital. Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo? Rio de Janeiro, Record, 2001:

ESCOBAR, Arturo. Introducción In: La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. 1ra Edición Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 64 n. 3: e189648 | USP, 2021

FERREIRA, Alvaro. A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Alvaro. A cidade que queremos: produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 828, 2009.

FONSECA, T. B. Políticas de remoção: velhas práticas, novas justificativas. O caso das favelas localizadas no bairro do Alto da Boa Vista (Rio de Janeiro) e a instrumentalização conservadora da questão ambiental. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v.2, n.1, 2020.

GONÇALVES, Rafael S. Favelas do Rio de Janeiro. História e direito. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2013.

HARVEY, David. A produção capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2001

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016

KNOPMAN, Eduardo B. A luta pela água no Maciço da Tijuca (Rio de Janeiro): o caso das favelas do Alto da Boa Vista. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

KOWARICK, Lúcio, A espoliação urbana, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

IBGE. Censo Demográfico 2010, primeiros resultados: aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, 2011.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri, A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de L'espace, 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.)

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora. da UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política: o direito à cidade II. Belo Horizonte, Editora. da UFMG, 2020.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: Edusp. 2009.

MACHADO DA SILVA, Luiz. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Cadernos do CRH, Salvador, UFBA, v. 37, n. 37, p. 81-109. 2002.

MARICATO, E. Política habitacional no regime militar. Do milagre brasileiro à crise econômica, Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, José de Souza (Org.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo, Heucitec, 1996.

- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 1, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, Marco Antônio da Silva. Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (MPE-RJ). Ação Civil Pública número 2006.001.139217-4. 2006. Rio de Janeiro, 2006.
- MONTENEGRO, M. Da contiguidade ao alargamento das escalas: topologias do circuito inferior no período atual. Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017.
- PARISSE, Luciano. Favelas do Rio de Janeiro: evolução- sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.
- PERLMAN, Janice E. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RIO DE JANEIRO (Município). Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 1307/2003. Regula-menta a área de proteção ambiental e recuperação urbana - Aparu do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro, 2003.
- RIO DE JANEIRO (Município). Lei Complementar n.º 111, de 11 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2011.
- ROY, Ananya. 'Slumdog cities. Rethinking subaltern urbanism'. International Journal of Urban and Regional Research, 2011.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004
- SILVA, Felipe Rodrigo S. Uso da água na bacia do Rio Cachoeira, Maciço da Tijuca (RJ): qualidade, escassez e conflitos locais. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia'. Mercator (Fortaleza. Online), v. 14, p. 25-44, 2015.

VALLA, Victor Vicent. Educação e favela, Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, Lillian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Lisboa: Análise Social, v. 24, n. 127, p. 581-597, 1994.

VENTURA, Zuenir, Cidade Partida, São Paulo, Companhia das letras, 1994